

Em torno dos espaços religiosos- monásticos e eclesiásticos. Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias, Porto, IHM-UP, 2005

Apresentação*

Permitam-me que retenha, por momentos, a vossa atenção e os gaste na apresentação de um livro que constitui um dos produtos de marca, dos vários forjados nos Departamentos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mais precisamente no Instituto de História Moderna, com perfeito cabimento na mostra anual de 2006 da *alma mater* portuense. Creditam-no o método e a qualidade da investigação, pautados pelo rigor científico, timbre das ciências humanas, ministradas e cultivadas neste areópago docente em que as humanidades mantêm o primado.

O título, *Em torno dos espaços religiosos - monásticos e eclesiásticos*, revela o teor genérico da temática compreendida. O pretexto que originou esta obra, a passar de duas centenas de páginas, densas de informação e não escassa originalidade, é desvendado no subtítulo: “Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias”, monge beneditino, humanista erudito e culto, professor universitário e perito em história religiosa, de justo renome.

Mesmo que fôssemos apenas curiosos pelo que ocorre no panorama editorial do país, detectaríamos que o religioso ganha notória presença quer se trate de Jesus e do cristianismo, quer de Maomé e do Islão. Nada de surpreender quanto à religiosidade em geral, sobretudo para quem venha seguindo o evoluir da previsão há alguns anos feita pelo escritor francês André Malraux ao anunciar que o século XXI seria religioso ou não seria. Sem dúvida que hoje o sobrenatural e o transcendente preocupam, e de que maneira, os homens, apesar do consumismo materialista e dos laicismos, agnósticos e ateus, militantemente assumidos. O insuspeito Marx reconheceu um dia que “a religião é o coração de um mundo sem coração” E, se as igrejas das confissões tradicionais não se enchem, as seitas carismáticas e a religiosidade *new age* pululam e o fanatismo ideológico-religioso alastra, como arrimo de identidades étnicas, a provocar o badalado choque de civilizações. Em muitos casos e em diversos pontos do mundo, o livro religioso é até *best-seller*. Sobretudo se apimenta a temática com algum escândalo cabeludo, como o celebrado *Códice da Vinci*, recorrendo à mistura estratégica do histórico com o imaginário verosímil, para tornar a mercadoria mais sedutora. Registou o quotidiano de larga audiência *El País* que, desde 2000, sobem a 1085 títulos as publicações, saídas em Espanha, a tocar assuntos religiosos.

As coordenadas tempo e espaço e a relação ou inter-relação Deus e a humanidade dimensionam todo o contexto em que o sagrado tem lugar e se desenvolve. Desde a pré-história, a partir do primeiro sinal de racionalidade consciente do homem, a oração e a morte surgem em sua ligação com o transcendente. Erguem-se santuários megalíticos e aparecem figuras rupestres de cunho mágico, menires e cromeleques, monumentos funerários, assinalam a tumulação respeitosa do corpo, dólmenes e antes o culto dos antepassados. Ciclos da natureza entrelaçam ciclos litúrgicos, arte e literatura, memórias e mitos, cosmos e imaginário são registos e suportes para aproximar e articular o homem com a divindade proteiforme. Depois vem a panóplia infinda de lugares de culto e templos de peregrinação, a evidenciar a visibilidade da crença sociológica – domínio vastíssimo e multímodo para uma pesquisa infundável, rumo a saberes e

* Palavras proferidas aquando do lançamento do livro, a 16 de Março de 2006, durante a mostra anual da Universidade do Porto.

entendimentos sempre mais largos e aprofundados. A história, no conceito lapidar de Marc Bloch, é a vida dos homens no tempo. É neste cadinho que se apura e depura o passado da humanidade ao longo das idades e dos espaços que calcorreou e calcorreia. A herança humana está assim disponível a um conhecimento e curiosidade sempre insaciados.

O editor desta obra é o Instituto de História Moderna da Universidade do Porto (IHM-UP) que, no termo de 2004, organizou o Seminário Internacional que lhe deu origem pela compilação das comunicações de consagrados e jovens investigadores, nacionais e estrangeiros, a quem se propusera uma reflexão sobre três objectivos: «perspectivas da historiografia portuguesa e estrangeira com incidência sobre os espaços, poderes e competências, da paróquia à diocese»; metodologias de tratamento de fontes; contributos para a elaboração de um glossário de termos religiosos (p.5).

Ao passarem-se em revista as participações textuais agora impressas, encontrar-se-á, a abrir, da autoria do Prof. Philippe Loupés, uma evocação de Bordéus, porto marítimo e populoso, núcleo urbano de negociantes, florescente na época moderna e nas luzes, de prática católica triunfalista e exteriorizada até ao extremo, com devoções crísticas, marianas e de grande pendor para o culto dos santos celebrados através de missas solenes e procissões, ao longo do ano litúrgico em todo o espaço diocesano. A seguir, a Prof.^a Amélia Polónia oferece-nos a visita a Évora quinhentista, pastoralmente trabalhada pelo Cardeal Infante D. Henrique, rei de breve duração e figura eclesiástica proeminente nos reinados de seu irmão e sobrinho, D. João III e D. Sebastião, a quem se devem importantes iniciativas religiosas e culturais, no âmbito e directriz do Concílio de Trento, e uma estruturação, a nível nacional, do Tribunal da Inquisição. A liturgia e o simbolismo da dedicação dos espaços sagrados tratam-nos o biblista e Prof. conimbricense Manuel Augusto Rodrigues, em seu enquadramento histórico, do Antigo Testamento à Alta Idade Média, com particular atenção aos textos da dedicação das igrejas. O docente da Universidade de Múrcia, António Irigoyen López, versou o “Território, família e padroado na igreja castelhana do antigo regime” em que realça a interferência social do parentesco e poderios que estruturam as comunidades locais a reflectir-se no domínio territorial através da distribuição de benefícios eclesiásticos e da actuação do cabido diocesano e do prelado. Lugares de peregrinação contemplados, segundo a tradição, por teofanias cristológicas, como o santuário do Bom Jesus de Braga, a igreja de Santa Cruz de Barcelos e a capela do Senhor da Cruz de Balazar, concelho da Póvoa de Varzim, dinamizados pelo associativismo devoto, mereceu a referência de João Marques que recorda, a propósito, o contacto de culturas regionais, sociabilidades e proselitismos religiosos gerados. O mosteiro beneditino de Tibães, ainda hoje a avultar por seu belíssimo templo barroco restaurado em cuja sala do capítulo geral, lugar emblemático do cenóbio monástico se tomavam deliberações, destinadas aos 22 mosteiros metropolitanos e aos 12 do Brasil, e se elegiam os abades gerais, é recordado por Fr. Geraldo Coelho Dias ao desfibrar os “Galopins eleitorais” de Camilo Castelo Branco que o romancista atribui a Fr. João de Guadalupe e aproveita para cobrir de ridículo os políticos liberais do tempo e seu corrupto divisionismo partidário. O esperançoso investigador Hugo Daniel Ribeiro da Silva, em “Rezar na Sé, despachar no Santo Ofício” intenta caracterizar os capitulares de Coimbra de 1620 a 1670, social, académica e curricularmente, dando achegas para se entenderem os diferentes entre a Inquisição local e o cabido.

A Venerável Ordem Terceira da Penitência do Porto, com assento na cidade a partir de 1633 e capela própria no convento de S. Francisco, é estudada em sua orgânica e actividade, no período a terminar em 1730, por Célia Rego, Elisabete de Jesus e a Prof.^a Inês Amorim, ilustrando o papel renovador tido na espiritualidade dos leigos, sob a jurisdição dos regulares seráficos, e a

sociabilidade confraternal que dinamizou, com mapeamentos estatísticos assás eloquentes. “As manteladas: um espaço feminino de religiosidade dos Terceiros Franciscanos do Porto” é o tema desenvolvido por Elisabete de Jesus que foca os mecanismos caritativos e assistenciais accionados pela instituição, sublinhando-lhes o alcance no espaço da urbe. Dentro deste elenco cabe justa menção ao trabalho da Carla Susana Soares da Silva, dedicado ao sodalício de Nossa Senhora da Conceição de Oliveira do Douro, fundação régia do segundo quartel do século XII, destinado a receber sacerdotes nobres, cegos ou entevados do aro diocesano portuense, cuja estrutura funcional se descreve. O Santuário seiscentista de N^o Senhora da Saúde de Vilar de perdizes, alcandorado no planalto do Barroso, é objecto de revelador bosquejo monográfico de Rosa Giesta, onde se resalta a ligação do orago com a célebre capela lisboeta do mesmo nome ligada a endemias pestíferas e a sua importância como pólo de peregrinação sobretudo local. A tentativa, sempre de encorajar, de reconhecimento do ordenamento territorial eclesiástico no noroeste litorâneo à escala da freguesia, iniciado em meados do século XVIII, constitui a matéria analisada pelas investigadoras Patrícia Costa, Sara Pinto e a Prof.^a Helena Osnald de que resulta a elucidativa amostragem de como as efectivas ocupações do espaço resultam da superestruturas que o fenómeno religioso representa. Por fim, o Doutor Fr. Geraldo Coelho Dias fornece um glossário monástico-benedictino, utilíssimo guia para se interpretar a linguagem de tantos textos e documentos que a esta ordem monástica respeita ... e não só.

Eis, a passadas largas, o conteúdo desta obra, densa em informes e rica em perspectivas, que hoje se dá a conhecer e oferece à leitura do grande público.

João Francisco Marques

I - *O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro*, coordenação de Fernando Taveira da Fonseca, Coimbra, Imprensa da Universidade – Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2005, 293 páginas.

II - *O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro. Comunicações*, coordenação de Fernando Taveira da Fonseca, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura – Palimage Editores, 2005, 501 páginas.

Os dois volumes que aqui se apresentam são o resultado do congresso internacional “*O Poder Local em Tempo de Globalização. Uma história e um futuro*”, promovido pelo Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em parceria com o Centro de História da Sociedade e da Cultura da mesma Faculdade e levado a efeito de 10 a 12 de Abril de 2002. De acordo com a própria estrutura do congresso, agruparam-se, no volume I, as conferências expressamente solicitadas – a historiadores, sociólogos e personalidades da vida política – e, no II, as comunicações livres. Embora editados por entidades diferentes e ordenados segundo critérios distintos – uma sequência essencialmente cronológica (I) ou a ordem alfabética dos autores (II) – interligam-se intimamente, pelo que se justifica o seu tratamento conjunto no momento de os dar a conhecer ao público leitor.

Os trinta e seis contributos – entre conferências e comunicações – cobrem um leque vário de temáticas, um amplo espectro temporal (da Idade Média à actualidade) e uma pluralidade de

espaços, utilizando registos e modalidades diversas, desde a investigação histórica, predominante, até à reflexão política e sociológica, sem esquecer a dimensão teórica. A intencionalidade explícita do congresso expressa na epígrafe “uma história e um futuro”, assim como a relação dialéctica entre o local e o global perpassam em grande parte dos trabalhos que, ao centrarem-se em experiências vividas, não se confinam ao relato, mas assumem uma dimensão programática, quase exemplar, e seguramente projectiva.

Desde logo, é o que se passa com as intervenções de personalidades políticas: a do então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, postulando o debate sobre a revisão do modelo do municipalismo em Portugal, para o qual seria fundamental o papel das Ciências Sociais; a do Dr. Almeida Santos, acreditando que o processo de globalização, que parece subalternizar o Estado-Nacional ou as instâncias regionais de governo, se traduzirá, pelo contrário, numa “progressiva revalorização dos órgãos locais de decisão”.

Na conferência de abertura, por sua vez, António de Oliveira, (I, *A república e as repúblicas*), situando-se na Época Moderna, confessa não pretender mais do que “chamar de novo a atenção para um passado sustentador de acções participativas na cidadania de hoje e do futuro”; e enquadrando-o a partir de um discurso onde sobressaem os conceitos de utopia, equidade e justiça, harmonia dos corpos sociais, defesa da liberdade, foca a atenção no “concelho aberto”, forma de “participação de um vasto sector da população, não apenas sob a forma de poder representado, mas também de um poder directamente participado de muitos”, prática susceptível de “despertar a imaginação para actuações de hoje”, de modo a que “espaços de autonomia local mais activos [...] possam constituir pólos de humanização”.

A óbvia transversalidade e centralidade do(s) poder(es) como objecto de análise, fornecendo uma chave de leitura sempre presente e indispensável, não dispensa a constituição de uma grelha expositiva que agregue a multiplicidade dos contributos em núcleos significativos. Um critério essencialmente pragmático levou à definição de três: os “*protagonistas-actores*, sociais e institucionais, as suas formas de actuação e a articulação que entre si estabelecem; os *espaços*, a sua delimitação e gestão como pontos de aplicação do poder; os *discursos* mais ou menos explícitos, incluindo definições conceptuais, a formação da opinião, o juízo crítico.

1. Maria Helena da Cruz Coelho (I, *No palco e nos bastidores do poder local*) reconstitui, para tempos medievais, o elenco dos detentores do poder local – o municipal e o dos oficiais régios periféricos – examina a constituição social “dessa elite de mando” para assinalar um outro palco da “teatralidade medieval”, a rua, lugar da revolta do povo comum, unido por solidariedades profissionais e confraternais criadoras de “um capital de associativismo que [...] podia tomar corpo em movimentos colectivos”, em ocasiões excepcionais; e dá conta da oposição entre a vontade das elites que pretendiam reservar para si o mando e a representação, negando-o a meios e baixos, e a força interventiva destes últimos, nos seus municípios, ou no envio de delegações paralelas às Cortes. Por sua vez, partindo de um balanço historiográfico, Mafalda Soares da Cunha (I, *Poderes locais nas áreas senhoriais – séculos XVI-1640*) defende que, até 1640, os “espaços senhoriais eram efectivamente administrados pelos donatários”, embora “se esbata a imagem de conflitualidade exacerbada entre o poder senhorial e os poderes locais” sob o signo da “disciplinarização e da negociação”, como “estratégias de dominação e de controlo político”: na base desta “drástica redução dos níveis de conflitualidade” estariam “o aparecimento de quadros legislativos gerais” e “as práticas de gestão paternalista dos recursos por parte dos donatários”. Particularizando, Maria Paula Marçal Lourenço (II, *As casas da família real e os*

poderes locais (1640-1754): convergência e resistências) centra-se nas Casas da Rainha e do Infantado, instrumentos para “perpetuar numa determinada linha sucessória, a de Bragança, a Coroa de Portugal” mas também, através dos seus magistrados, “agentes indirectos de uma certa homogeneização jurídica do espaço político”, observa o estabelecimento de “fortes laços de interdependência entre a tutela senhorial e os membros das oligarquias locais”, para as localizar entre as “Grandes Estruturas Sociais de Equilíbrio”, contribuindo, por um lado, para reforçar “o processo de *elitização social*”, mas, por outro, “para a construção de um Estado em busca de si próprio [...] em tempos e absolutismo”.

Centradas na análise da constituição e do papel grupos sociais específicos, outras abordagens. A de Maria de Fátima Reis (II, *As elites locais na construção do Estado Moderno: perfil e linhas de actuação. O caso dos Mendonças Montalvos de Santarém*), exemplifica, através deste estudo de caso, o processo de terem sido “as exigências da legislação regulamentadora das eleições municipais, no encontro das práticas locais, que conduziram à formação das oligarquias camarárias”. Percepção diferente veicula Amélia Polónia (II, *Elites sociais e poder em sociedades marítimas. Estudo de um caso: Vila do Conde no século XVI*) ao concluir que “parecem ser os contextos sócio-económicos e profissionais, mais do que as prescrições legais, aqueles que condicionam, na diacronia, o acesso e a representatividade de determinados grupos em cargos de poder local” e, operando na dicotomia “homens do mar – homens da terra”, observa que “em concelhos profundamente marcados, na Época Moderna, por dinâmicas de navegação e comércio ultramarino, assiste-se a uma inevitável revisão nos critérios de prestígio e de poder e recompõem-se, afinal, as elites que acedem ao poder municipal”. Ana Isabel Ribeiro (II, *Ministros de Sua Majestade. Bacharéis oriundos da Provedoria de Aveiro na carreira das letras – 1700-1770*), dá conta, a partir da análise da origem social de um grupo de graduados e do seu percurso biográfico posterior à etapa universitária, que a formação académica e a carreira das Letras constituem “para muitos um ponto de partida para trajectos de aproximação à nobilitação mas para outros o ponto de chegada de um percurso geracional de ascensão”. De pendor claramente metodológico, o contributo de Joaquim Ramos de Carvalho e Maria do Rosário Castiço de Campos (II, *Reconstituição de redes de poder local*) foca duas comunidades (Lousã e Soure) examinando as redes interpessoais na base do apadrinhamento, como “forma de compreender as estruturas de poder local” e a própria estrutura social, que não é uma “realidade estática” mas um “fenómeno dinâmico que se actualiza constantemente através de mecanismos de reconhecimento”.

Para o século XX, João Paulo Avelãs Nunes (II, *Volfrâmio e poderes locais em Portugal – 1931-1947*) examina as diversas fases da “febre do volfrâmio”, através do estudo dos ritmos e dos agentes de produção e das posições contrastantes de “ruralistas” e de “industrialistas” (nos diversos níveis das elites governativas, dos poderes regionais e dos “notáveis locais”), expressas em artigos de opinião, em determinações legislativas, em actuações no terreno. Percorrendo toda a segunda metade do século, Maria Antónia Figueiredo de Almeida (II, *As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997*) detecta a mudança das elites políticas num espaço regional: “um claro predomínio dos grandes proprietários rurais e licenciados”, antes de 1974; “uma forte substituição”, depois daquela data, “por categorias com origens completamente diferentes”, destacando-se “os funcionários com habilitações médias e, nalguns casos, superiores, e os professores primários e secundários”. Referindo-se também à Revolução de Abril Kalidás Barreto (II, *No palco do poder local – Abril 74*), testemunha o processo da “criação dos fundamentos do poder local” no município de Castanheira de Pêra.

Protagonistas do(s) poder(es) são ainda as instituições e as associações: desde logo, as misericórdias de que Laurinda Abreu (II, *Misericórdias e poder local*) traça o percurso: nascidas sob a égide do poder régio, tendo também como “marca fundadora” a sua ligação às câmaras, tornam-se depois “centros de poder” – reforçando-se durante a monarquia filipina – nunca porém totalmente autónomas face ao poder do monarca e com modalidades distintas de articulação com os municípios. O movimento associativo, porém, assume outras expressões, muitas vezes suscitadas por eventos marcantes. Tal como assinala Soledad Garcia (I, *Asociacionismo e poder local: os novos desafios da cidadania activa*) referindo-se a Barcelona e aos Jogos Olímpicos aí realizados em 1992, mas enquadrando este caso numa ampla visão acerca dos modelos de estado e de cidadania, das formas associativas que se geram nas cidades – de pendor mais económico ou mais solidário –, num amplo inquérito sobre a visão que os líderes locais perfilham acerca da participação dos cidadãos e das próprias práticas da cidadania, para concluir que há novos desafios e novas formas de associação susceptíveis de transformar os cidadãos consumidores/receptores de direitos em cidadãos activos. Reportando-se não a eventos mas às “ideias reformistas” derivadas do “bom gosto filosófico que se afirmou nos países ibéricos na segunda metade de setecentos”, Francisco António Lourenço Vaz (II, *Descentralização e desenvolvimento económico – os projectos de sociedades económicas em finais de setecentos*) dá conta de um movimento afinal gorado num país macrocéfalo, incapaz de proporcionar uma suficiente base de apoio a essas sociedades económicas regionais, atado a um centralismo desconfiado das potencialidades regionais e locais. Outra foi a trajectória, traçada por Carla Sequeira (II, *Do poder local ao poder regional: movimento dos Paladinos do Douro*) de um processo liderado por uma elite regional – “um caso paradigmático e exemplar de uma consciência activa de cidadania e empenho no desenvolvimento das populações” – promotora da reforma legislativa e institucional, que a autora define como “um exemplo concreto de um poder regional assumido de uma forma consciente”.

2. Um outro conjunto de trabalhos pode ser agregado à volta do tema central da organização do espaço. Francisco Ribeiro da Silva (I, *Escalas do poder local: das cidades aos campos*) centra-se nos concelhos como referência, para definir outras escalas (afinal, sentidas pelos indivíduos como círculos coerentes de enquadramento) e descrever-lhes as competências e a hierarquização: acima, circunscrições de base territorial mais ou menos extensa, “poderes intermédios [...] entre o poder do centro e o poder dos Concelhos”; abaixo, as freguesias e lugares. Não seria possível no passado, conclui, “a organização da vida quotidiana das comunidades sem o forte contributo dos agentes locais”, assim como “no futuro, prescindir desse contributo”. São ainda as diferenças de escala que ocupam António Manuel Hespanha (I, *Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo*), caldeando a análise conceptual e terminológica com a apresentação do pensamento de alguns teóricos e de exemplos históricos, a partir da verificação de que “a grande novidade estrutural da época moderna final [...] é o aparecimento dos grandes Estados”, tendo como consequência o surgimento de “problemas novos [...] quanto à gestão territorial do poder”. A divisão territorial é ainda o fulcro da atenção de Fernando Catroga (I, *Geografia Política. A querela da divisão provincial na I República e no Estado Novo*) que analisa a problemática enunciada no âmbito mais vasto da oposição entre “centralismo e descentralismo”, numa base comparativa (com França e Espanha), e para cuja elucidação chama os movimentos regionalistas (o “associativismo de origem” ou os congressos provinciais e regionais), o contributo dos geógrafos (num esforço de delimitação racional abarcando aspectos físicos e humanos) e as decisões administrativas e políticas. A querela opôs

“distritualistas” e “provincialistas”, com distintos projectos globais de sociedade: a experiência da divisão provincial, afinal, gorou-se e a corrente descentralizadora virá, numa espécie de regresso às origens, a fazer a apologia do municipalismo. Álvaro Costa de Matos (II, *Estado Novo e poder local (1936-1940): uma aproximação ao problema*), reflectindo também sobre a reforma autárquica do Estado Novo – “essencialmente, um regime anti-individualista” – insere-a num projecto mais vasto, tendente a implantar uma “peculiar associação política dos homens”, de cariz teleocrático.

Recuando no tempo, Inês Amorim e Helena Osswald (II, *Fontes, problemas e métodos na reconstrução do espaço histórico. O concelho de Aveiro na segunda metade do século XVIII*), manifestam a intenção de reconstituir o “espaço histórico como primeiro passo para o conhecimento das questões em torno da organização dos poderes”. As preocupações são sobretudo metodológicas: selecção e crítica das fontes, escolha da unidade básica de análise, descrição dos métodos de determinação dos níveis de organização do espaço; a conclusão, a de que para ordenar é necessário conhecer. E Margarida Neto (II, *Propriedade e usos comunitários e construção de identidades locais*) fixa-se numa forma particular de ligação das populações ao território, como é a fruição da propriedade comunitária, “fonte de recursos económicos e financeiros” mas, sobretudo, potenciadora da “construção e reprodução de identidades comunitárias”, factores que estiveram na base da resistência que as comunidades ofereceram à “subtracção das terras de logradouro comum”, exemplificada com o caso do concelho de Mira.

A mesma problemática da implantação dos poderes no espaço e da sua organização transplantou-se para as terras de além-mar. Como reflecte João Marinho dos Santos (I, “*O(s) poder(es) nas «ilhas» (sécs. XV e XVI)*”), dando conta da passagem de “uma forte descentralização em relação ao poder real”, no século XV, a uma posterior “centralidade”, fruto da “luta travada pela realeza [...] contra o senhorialismo retrógrado das «ilhas»” (incluindo o “senhorialismo eclesiástico”), e enumerando os factores que o levam a pensar que “nunca se formou, nem na Madeira nem nos Açores, uma verdadeira «consciência regional””. De “conquista” e implantação progressiva no espaço brasileiro fala Joaquim Romero Magalhães (I, *Os primórdios de uma «vida segura e conversável» no Brasil*), relatando o maior ou menor sucesso da fundação de núcleos populacionais ligados a “entidades diferenciadas, consoante a época e a situação em que foram criadas”, enfrentando sempre as duas “grandes questões: a defesa dos núcleos habitados e o provimento de mão-de-obra” e reproduzindo o modelo municipal do Reino. Movimento “longo e mais ou menos contínuo” como refere José Manuel Azevedo Silva (II, *O processo de municipalização da Amazônia no período colonial*) para a região amazónica, mas com “momentos de maior intensidade” como terá sido o período pombalino – revelando a clara intenção de “pôr fim ao poder temporal e político dos regulares”, nomeadamente dos jesuítas – consubstanciado em numerosas erecções de municípios (com algumas especificidades na forma de governo) de que o mapa que anexa dá uma sugestiva visão.

3. Um terceiro núcleo de contributos foi reunido sob a epígrafe geral de “discursos”. Nele se inclui o extenso inventário de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga (II, *Poder local e historiografia universitária sobre temáticas regionais (1974-2000)*): após uma resenha histórica das iniciativas e realizações reveladoras do “crescente interesse pelos estudos de história local e regional”, aborda a questão de saber “como se articula a historiografia universitária e o poder local”, para responder – após a análise de diversos indicadores – que – “meio universitário e poder local, de forma directa e indirecta, acabam por não estar de costas voltadas, como por vezes, parece”.

O papel da imprensa é abordado, em registos distintos, por Fátima Nunes (II, *A imprensa cultural e científica local na primeira metade do século XX – Um discurso de cultura científica para o país global*) e Paula Cristina Galvão Mateus de Miranda (II, *–Incurso pelos pioneiros do processo de globalização: o Diário de Notícias – 1864-1889*): a primeira focando a atenção num periódico, *O Pensamento* (uma “muito polifacetada publicação cultural dos anos trinta do século XX português”) e explorando as suas “pistas de leitura”; a segunda, encarando “os periódicos de informação” como “responsáveis pela construção de um novo espaço de circulação de ideias”, concretizando com o *Diário de Notícias* (“um jornal que transcende a sua utilização como mero repositório informativo”), detendo-se nas “três grandes «tipologias de actores» envolvidos no fornecimento de matéria-prima: instituições, correspondentes e agências de notícias”.

O conceito de “representação” é central em dois trabalhos: Saul António Gomes (II, *Ideologia e representação nas práticas das chancelarias concelhias medievais portuguesas*) analisa as “práticas organizadas de escrita ao serviço da administração pública municipal” – anotando, “com o avanço dos tempos”, o aumento da “produção burocrática escrita dos municípios, administrativa, judicial e financeira” – agrega-lhes a outra linguagem, a dos selos concelhios (onde se encontram “discursos e imagens mais complexos”), num exercício para definir “identidades municipais” ou, como o título indica, “ideologias [...] e representações em torno do poder local concelhio”; Pedro Cardim (II, *A representação no sistema político português dos séculos XVI a XVIII*), debruça-se sobre a origem e o conteúdo do conceito, assinalando o contraste entre as noções de “representante natural” – derivado de uma concepção de sociedade em que os indivíduos só eram portadores de direitos “enquanto partes integrantes de uma *ordo*, de um *corpus* ou de uma qualquer outra entidade supra-individual” – e a representatividade electiva actual, para depois assinalar as “manifestações institucionais” dessa representação (Cortes, Conselhos, Tribunais) assim como as modalidades que assume na “diversidade dos poderes locais”, num contexto em que o “principal desafio consistiu em encontrar expedientes representativos capazes de espelhar [...] territórios cada vez mais vastos e [...] populações cada vez mais variadas”.

Noutro registo, Fernando de Sousa (I, *O poder local nos finais do Antigo Regime*), partindo de diversos testemunhos qualificados, dá conta de um discurso crítico acerca dos “abusos, excessos e violências exercidos pelos magistrados, oficiais e câmaras em geral, sobre o povo”, tentando dilucidar as razões – sendo as mais importantes a oligarquização das administrações municipais e a conivência com estas dos magistrados periféricos da Coroa – quer destes abusos, quer da falta de denúncia mais frequente por parte das populações assim oprimidas. Poder-se-ia encerrar esta secção com a nota de Fernando Taveira da Fonseca (II, *Das famílias ao concerto das nações: notas sobre a visão do mundo político em Francisco Suárez (1548-1617)*) dando sucinta conta de algumas das linhas de força do pensamento político deste teólogo, durante vinte anos professor em Coimbra.

4. Exercendo-se na proximidade, o poder local tem de lidar com as necessidades do quotidiano: as mais básicas, como o abastecimento, que Margarida Vaz do Rego Machado (II, *Problemas de abastecimento nos municípios açorianos nos finais do Antigo Regime*) exemplifica, salientando, para o século XVIII, o papel dos municípios dos Açores, dada “a incapacidade notória da coroa” e “a caducidade das capitánias”; ou outras mais comezinhas, de que trata Paulo Drumond Braga (II, *Homens e animais, uma convivência difícil. As preocupações camarárias – séculos XVI-XVIII*) mas, afinal, tão importantes para “garantir a higiene urbana, a segurança dos munícipes e a integridade dos terrenos agricultados”.

É na dialéctica entre o global e o local que se desenvolve o contributo de Henry Teune (I, *O futuro da localidade numa era global*) no qual se revisitam muitos dos problemas abordados a nível histórico. A uma definição de globalização que, “como processo de desenvolvimento, é a integração de todas as sociedades humanas num sistema único, não só abarcando toda a sua variedade mas também estabelecendo o contexto para o incremento da produção de variedade e da sua distribuição como diversidade”, segue-se a sistematização das consequências que ela acarreta, essencialmente o enfraquecimento das hierarquias territoriais e a crescente complexidade do espaço, as quais, por sua vez trazem consigo a multiplicidade das identidades (“Não sendo mais exclusivas, a cidadania, a residência e a identidade adquirem significados contextuais flutuantes”). Teune define cinco níveis territoriais, quatro escalões de cidades e, dentro destas, novas dimensões do espaço urbano (às coordenadas de localização bidimensionais, juntam-se a dimensão vertical, a diagonal e a circular). É esta armadura teórica que contextualiza a apresentação dos resultados de um vastíssimo inquérito internacional (“Democracy and local governance”), no sentido de avaliar “os valores e as actividades dos líderes políticos locais”, a partir de uma “grelha de análise” consubstanciada em um “padrão transnacional e transcultural de valores democráticos de aceitação de conflito (pluralismo), igualdade política, e direitos das minorias (em confronto com os da maioria)”. E se, na introdução ao tema, referia que “à medida que o mundo se tornou maior, para quase todos, assim também, como reacção, se tornou mais forte a importância da realidade local e das identidades primordiais”, não deixa de frisar, ao concluir que “a globalização e a democracia necessitam, uma e outra, de ser renovadas”.

Fernando Taveira da Fonseca

CHATO GONZALO, Ignacio, 2004 – *Las relaciones entre España y Portugal a través de la diplomacia (1846-1910). La incidencia de la política exterior en la construcción de la identidad nacional*, Mérida, Editorial Regional de Extremadura, 2 tomos, 567 p. + 387 p.

Esta extensa obra constitui a versão publicada da tese de doutoramento do autor que reincide no estudo do relacionamento hispano-luso – em 1997 havia publicado *Las relaciones masónicas entre España y Portugal (1866-1932). Un estudio de la formación de los nacionalismos español y portugués a través de la masonería*.

Seguindo uma exposição diacrónica – clara e adequada – este estudo desenrola-se ao longo de cinco momentos capitais do liberalismo peninsular que assumem designações ditadas quer pela História de Espanha quer pela de Portugal: 1846-1856. *La Intervención*; 1856-1868. *La Regeneración*; 1868-1873. *La Revolución*; 1874-1890. *La Restauración*; 1890-1910. *La Crisis*.

Além das imprescindíveis introdução e conclusão, inclui ainda um anexo que contém a relação dos ministros plenipotenciários de Espanha em Portugal e os de Portugal em Espanha, entre 1847 e 1911. A obra fecha com quarenta páginas de bibliografia compreensivelmente mais focalizada na produção espanhola. Não apresenta, todavia, a listagem de fontes utilizadas as quais são sucintamente mencionadas na introdução: “Nuestra investigación se ha centrado en la correspondência cruzada que los Representantes de España y Portugal mantuvieron com sus respectivos gobiernos, en concreto, com el Ministerio de Estado y com el Ministerio de los Negocios Extranjeros respectivamente. La mayor parte de la documentación conservada corresponde, principalmente, a la enviada por los Encargados de las respectivas Legaciones,

siendo mucho menor la procedente de los Ministerios” (t. 1, p. 12). Assim, apenas nas abundantes notas de rodapé se podem divisar os arquivos consultados: os portugueses ANTT e AMNE e o espanhol AMAE (Arquivo do Ministério dos Assuntos Exteriores), bem como a documentação compulsada: ofícios, despachos, protocolos, notas, etc.

Indubitavelmente, este trabalho contribui para o melhor conhecimento do relacionamento entre os dois países cujas histórias apresentam paralelismos incontestáveis em que se destaca a difícil implantação do liberalismo, logo no seu início marcada pelas perdas coloniais e, posteriormente, pelas guerras fratricidas.

Ferrer Benimeli, no final do curto mas eloquente prólogo, afirma: “En cualquier caso, en adelante la obra de Ignacio Chato Gonzalo será ya de obligada consulta para todo aquél que se interesse tanto por el iberismo como por la historia decimonónica de las relaciones diplomáticas luso-españolas” (t. 1, p. 10). Aquele historiador ressalta que se trata de uma obra de natureza rara no panorama académico espanhol – mais seduzido pela moda local e regional-autonómica – e que se ocupa das relações internacionais ou política exterior mas não se cinge à tradicional história político-diplomática, abarcando também a história social, cultural, económica e das mentalidades, no caso vertente dos povos português e espanhol que, no século XIX, se viram confrontados em situações diversas; e, no fundo da questão, como fio condutor, avultam como protagonistas o iberismo e a sua antítese que marcaram de forma indelével a vida peninsular nos diversos planos, as suas revoluções e concepção dual monárquico-republicana como lugar de oposição entre tradição e futuro e, conseqüentemente, as sempre difíceis e condicionadas relações hispano-lusas.

Para quem já se familiarizou com a problemática iberista de Oitocentos, logo compreende a importância desta abordagem de índole político-diplomática mas também a implícita necessidade de ela ultrapassar a análise exclusiva dos documentos produzidos pelas legações encarregadas de executar as respectivas políticas externas, para cruzar essa informação com uma enorme massa documental que aborda os campos cultural, militar, parlamentar, colonial, religioso-clerical, comercial, mental, entre outros.

O autor dedica as primeiras palavras da introdução à contestação da ideia que Espanha e Portugal, no século XIX e inícios do seguinte, viviam de “costas viradas”, sublinhando o interesse que para os dois países ibéricos representava o seu vizinho, interesse esse que irradiava das esferas ministeriais projectando-se na opinião pública até alcançar um amplo espectro social. Esta asserção não constitui novidade; efectivamente, o conhecimento de cariz político existiu – a prová-lo veja-se a importância concedida na imprensa portuguesa às notícias políticas de Espanha – ora causado por receios e temores, ora por interesses e estratégias. Todavia, tal conhecimento não se traduziu por cooperação ou aliança e, por outro lado, o desconhecimento cultural recíproco foi uma realidade pelo que se terá radicado a ideia dos países “vuelos de espaldas”.

No plano das relações políticas, portanto, “Portugal há sido para España, como España para Portugal, un eje principal de sus respectivas políticas externas, constituyendo el uno para el otro un foco de atención preferente” (t. 1, p. 11).

Confessando que não era seu objectivo realizar um estudo integral das relações internacionais entre Espanha e Portugal – reconhece faltar-lhe, por exemplo, um estudo detalhado dos diplomatas que chefiaram as legações de Espanha em Lisboa e de Portugal em Madrid, alargar o acervo documental aos fundos britânicos ou franceses relativos a Espanha e Portugal, explorar as fontes hemerográficas e aprofundar os discursos parlamentares – o autor esclarece que pretendia encontrar as chaves que determinaram as diferentes percepções que os dois países tiveram um do outro e de que forma isto veio a afectar as suas respectivas construções nacionais.

A leitura da documentação obedeceu pois a este ângulo de análise e, como admite Chato Gonzalo, felizmente, “un buen número de despachos y oficios tocaban cuestiones directamente relacionadas com el tema que investigábamos, hasta el punto de poder afirmar que el iberismo y el anti-iberismo constituyeron elementos omnipresentes en las relaciones diplomáticas entre los dos países, dotándolas de una innegable singularidad” (t. 1, p. 13).

Dada a época em análise, outra coisa não seria de esperar. Se a ideia de reunião peninsular é de todos os tempos, foi a partir de meados de Oitocentos e ao longo das décadas seguintes que a polémica ibérica se revestiu de maior acuidade, assumiu foros de questão nacional, mobilizou um largo espectro social, saltou para a rua, difundiu-se pelos mais variados meios como, aliás, as historiografias portuguesa e espanhola já comprovaram.

Assim, outro espaço que se abriu a este historiador foi o do nacionalismo pois, “al fin y al cabo, nuestra investigación pretendia relacionar la política exterior com la formación de las identidades nacionales de España y Portugal” (t. 1, p. 19). Em matéria de teorias nacionalistas, o autor admite as suas afinidades com as posições dos *modernistas* (em que se destacou Ernst Gellner), demarca-se das concepções dos *essencialistas e primordialistas* e alinha com os *culturalistas* que ultrapassam a dimensão puramente política do nacional ampliando a sua análise até ao complexo mundo dos símbolos, dos rituais, das percepções e das imagens. Este alinhamento teórico e metodológico – questionável, como admite o autor – projecta-se no título e, sobretudo, no subtítulo da obra, reflectindo os seus propósitos: articular as relações bilaterais entre Espanha e Portugal com a construção da identidade nacional em cada um desses países; perceber a imagem que, em cada uma das nações, se produzia da nação vizinha; e, maior ambição, provar que os nacionalismos português e espanhol foram-se formando em estreita conexão, interagindo um no outro, ao ponto dessas relações inter-nacionais constituírem um importante elemento de caracterização dos dois nacionalismos. Assim, o autor pretende argumentar que a identidade espanhola e, em maior grau, a identidade nacional portuguesa estão definidas pela incidência da política exterior que actua como autêntico catalizador nas duas sociedades.

Sem pretender generalizar esta proposta a todos os nacionalismos, defende Chato Gonzalo que um bom número deles utilizou o “outro” como instrumento eficaz da construção identitária e, entre eles, inclui-se o nacionalismo português: “Crear un antagonista, un enemigo o una amenaza ha resultado un procedimiento habitual para promover, movilizar y afianzar los procesos de integración nacional. El ‘outro’ genera, a través de estereótipos e imágenes colectivas, elementos muy eficaces de diferenciación y de afirmación de la propia identidad. Dotarle de un carácter ofensivo sirve de recurso recurrente para despertar la conciencia y agitar a las masas frente a la amenaza, más ficticia que real, de una agresión. Pues bien, como vamos a proponer, este papel de invasor, de espantajo (espantalho), de coco, fue el que representaron España y los españoles para el nacionalismo portugués” (t. 1, p. 23).

Sendo ambos nacionalismos de Estado, os seus desenvolvimentos foram desiguais. Sobre o nacionalismo espanhol, a historiografia do país apresenta interpretações que vão do fracasso à nacionalização débil, sendo frequente incidir-se na incompetência do Estado no tocante à centralização política do território e à socialização da população que o habitava. Se Espanha e Portugal padecem de uma mesma debilidade estatal – veja-se o agitado processo de consolidação do regime liberal recheado de pronunciamentos e insurreições – o segundo país, na óptica do autor, logrou construir uma identidade nacional sólida propiciada por factores de homogeneidade étnica e linguística e pela sua pequena dimensão continental que evitaram a emergência de particularismos regionais e facilitaram a centralização política e administrativa. Chato Gonzalo

lembra que a historiografia portuguesa toma como elemento fundamental a integridade e autonomia política do Estado que remonta à Idade Média, à exceção do período compreendido entre 1580-1640, não sentindo a necessidade de explicar como e porquê se construiu a nação portuguesa e limitando-se a descrever esse processo tido como inquestionável. Ora, sem desvalorizar factos e períodos fundacionais da monarquia portuguesa que em tempo medievos enformaram a nacionalidade – e que se tornaram um aluvião rico em mitos, símbolos, heróis, lendas e ritos transformados pelas “mãos dos artífices do nacionalismo” –, este autor contrapõe à ideia de formação do nacionalismo luso em momentos diversos da época medieval, a tese de que a identidade nacional portuguesa é também uma construção contemporânea, forjada no calor da instauração do regime liberal e, posteriormente, ao longo da 2ª metade de Oitocentos. Considerando também que a identidade nacional é produto de determinados agentes, colectivos e individuais, que em certos momentos históricos e em conjunturas concretas vão elaborando a memória colectiva, o autor defende ainda que a rápida e sólida configuração nacional portuguesa foi motivada por um factor aparentemente externo, isto é, a forma de entender as relações com o país vizinho.

Nesta questão reside a orientação do estudo, segundo as palavras do autor: “Fue España el país que vino a representar el papel de “otro” para la conciencia nacional lusa, constituyéndose este antagonismo en el verdadero motor del nacionalismo portugués. Esta suposición nos lleva a plantear dos preguntas: por qué se produjo este uso de lo español en forma de reactivo y de qué manera se fue desarrollando. Estas dos preguntas fueron las que dirigieron nuestra investigación y las que tratamos de dar respuesta en los capítulos que siguen” (t. 1, p. 29).

Quanto ao nacionalismo espanhol não atingiu, no período estudado, o desenvolvimento do português e, sendo de Espanha que parte o movimento iberista, o autor pretende aferir as suas repercussões, isto é, se ele foi causa do anti-espanholismo português e conseqüente reacção nacionalista, a eventual instrumentalização do iberismo por parte dos partidos políticos espanhóis e o uso do anti-iberismo pelas organizações políticas portuguesas, enfim, precisar o papel do iberismo e seu contrário nas relações luso-espanholas e a sua incidência no processo de construção das respectivas identidades nacionais.

Assim, não obstante a inevitável dimensão descritiva e factual presente nos capítulos acima mencionados, provocada pela própria natureza das fontes documentais utilizadas, são perceptíveis as preocupações enunciadas no texto introdutório, tornando evidente o princípio metodológico assente na necessidade de conhecer para interpretar.

O autor defende a existência de uma consciência colectiva de inferioridade portuguesa face ao concerto das nações na Europa Oitocentista, nomeadamente transformada por processos unificadores (casos da Itália e da Alemanha), que terá alimentado a ideia de ameaça exterior ou “perigo espanhol”. Esta sensação de insegurança ante uma ameaça externa conduziu a uma estratégia para assegurar a independência e integridade do país, estratégia essa assente na aliança inglesa (forma de neutralizar qualquer agressão) e no império colonial (mecanismo de superação do complexo de inferioridade e das limitações continentais).

Interroga-se o autor se esse sentimento de perigo se devia a condicionalismos internos ou se correspondia a uma atitude expansiva e desafiadora por parte de Espanha. Os aspectos que evoca nesta resposta são consabidos: constituía o único país com que Portugal mantinha uma extensa e vulnerável fronteira terrestre, a sua população era quatro vezes superior à portuguesa, a memória lusa conservava vividamente a dominação filipina o que produzia o receio de repetição da história, finalmente, Espanha não deixava de fazer frequentes apelos à unidade ibérica acabando

por gerar o movimento iberista. Na sua óptica, este último aspecto foi visto pelos portugueses como a principal ameaça à independência nacional pelo que o anti-iberismo, mais do que o anti-espanholismo, constituiu a componente intrínseca do nacionalismo português, se bem que, em determinadas conjunturas, Portugal identificava o espanhol com o iberista, tendo-se assistido à instrumentalização dessa ideia: “Subrayamos en nuestro planteamiento que el iberismo no fue la causa, sino el medio del que se valieron los agentes nacionalizadores en Portugal para formar, en ese país, una opinión pública predispuesta a adoptar las ideas y los valores nacionalistas” (t. 2, p. 325).

É através da documentação estudada que Chato Gonzalo sustenta esta posição de que os verdadeiros motivos que levaram à criação da ideia do “perigo espanhol” não vieram de Espanha, antes se encontravam dentro de Portugal: todos os ministros plenipotenciários espanhóis colocados em Portugal manifestaram a preocupação, e até indignação, pela excessiva “susceptibilidad” dos portugueses em matéria de uma eventual invasão ou absorção por Espanha. Assim, esse constante recurso à ameaça espanhola foi uma invenção portuguesa, já que, se a existência do movimento iberista em Espanha era inegável, ele nunca constituiu uma força organizada capaz de pôr em questão o *statu quo* peninsular. O autor classifica o iberismo espanhol como uma “aspiração supranacional”, uma “utopia internacionalista”, mais do que um movimento nacional, se bem que presente em todo o espectro partidário espanhol e manipulado em função de objectivos políticos, mas sempre destituído de intenções bélicas e anexionistas (só proclamadas por certas personagens, esporadicamente e a título individual). Assegura ainda o autor que, apesar de um bom número dos ministros que constituíram os executivos espanhóis na época estudada terem nutrido simpatias iberistas, foram especialmente cautelosos nas acções e nas palavras: “Y es que los responsables políticos españoles, conocedores de la “susceptibilidad” portuguesa, trataron de eludir aquellas situaciones que pudieron despertar en el gobierno y en la opinión pública del país vecino los consabidos recelos. De la mesura y prudencia que promovieron los gabinetes hispanos en relación a la cuestión ibérica, y que acataron obedientemente los Representantes españoles en Portugal, da probada muestra la correspondencia diplomática cruzada entre éstos y el Ministerio de Estado español” (t. 2, p. 328).

Conclui o autor que o “perigo espanhol” foi uma invenção, um recurso frequentemente utilizado em Portugal e serviu para dar corpo à sua identidade nacional. O “espantallo ibérico” foi um mecanismo eficaz na luta partidária, quer contra o governo quer contra a oposição, que nenhum partido português deixou de aproveitar. Em consequência, o nacionalismo foi um ingrediente essencial do debate político em Portugal cujos referentes principais foram o anticlericalismo e o anti-iberismo, sabiamente apropriados pelo movimento republicano, apesar deste assumir, tantas vezes, a bandeira do federalismo ibérico. Por sua vez, o iberismo em Espanha representou o contrário: teve o efeito de distorção do nacionalismo, a imagem de uma Espanha supranacional prejudicou o processo de construção nacional, não foi prestada a atenção necessária ao fomento das características nacionais especificamente espanholas, a publicidade da união do espanhol com outras nacionalidades não ajudou a consolidar a identidade própria.

Finalmente, as relações bilaterais, à luz da documentação estudada, foram também elas determinadas pelo uso que, dentro de cada um dos países, se fez do iberismo e do anti-iberismo. O próprio relacionamento diplomático hispano-luso foi afectado por condicionantes aqui designadas por “anómalas” e que inibiram o estreitamento de laços mais profundos. A cíclica ingerência da questão iberista singulariza a relação entre os dois Estados e esta variável interna é, aos olhos do autor, superior a qualquer outra condicionante do sistema internacional em que

ambos estão inseridos, portanto ainda mais importante do que a incidência que a Inglaterra e a França tiveram na política exterior dos estados peninsulares, pese embora finalize a sua obra enfatizando a rígida orientação de Portugal pelas directrizes do *Foreign Office*.

Maria da Conceição Meireles Pereira

Recensão

RODRIGUES, Ana Maria S. A.; RIBEIRO, João Carlos Taveira; COSTA, Maria Antonieta Moreira; MACIEL, Maria Justiniana Pinheiro – *Os capitulares bracarense (1245-1374): Notícias biográficas*, C.E.H.R., Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2005

A obra apresentada em epígrafe tem origem num projecto de investigação levado a cabo na Universidade do Minho, decorrido entre 1997 e 1999, globalmente orientado por Ana Maria Rodrigues, e que visava o conhecer *O Poder Económico, Social e Político do Cabido da Sé de Braga em finais da Idade Média (sécs. XIII – XIV)*¹. Com esta envergadura, é o primeiro trabalho do género em Portugal. Mas o interesse por determinados grupos enquanto sociedades políticas tem um percurso com alguns anos no panorama da investigação portuguesa. Referimo-nos concretamente às abordagens feitas, a partir de outros universos sociais, por Armando Carvalho Homem (secundado pelos seus discípulos, nomeadamente Judite Gonçalves de Freitas), Hermínia Vilar, Rosário Morujão, Anísio Saraiva, entre outros.

Os capitulares bracarense (1245-1374)... é uma obra com uma estrutura simples: após a introdução feita pela coordenadora de todo o trabalho (Ana Maria Rodrigues), na qual se explicita a origem da investigação cujos resultados se publicam, e uma apresentação das fontes documentais utilizadas e da bibliografia consultada, é dado ao leitor o elenco das dignidades, cónegos, porcionários e clérigos do coro da Sé de Braga (1245-1374), seguido da notícia biográfica de cada um deles. O volume termina com o índice alfabético dos biografados.

O livro reúne as informações recolhidas durante a execução do projecto acima referido e trabalhadas por alguns dos alunos do Mestrado em História e Cultura Medievais da Universidade do Minho, para a elaboração das suas Dissertações, orientadas pela Prof^a Ana Maria Rodrigues². Trabalho árduo, já que se desconhecem, para o período em análise, actas do cabido, matrículas de ordens, registos de variada ordem que mais directamente forneceria elementos para a identificação de quantos pertenceram ao cabido bracarense até 1374. Foi efectivamente necessária não só a pesquisa de documentação distribuída por diversos fundos, tanto do Arquivo Distrital de Braga, como da Torre do Tombo, mas também informações recolhidas em estudos de vários autores.

¹ Este projecto decorreu entre 1997 e 1999, tendo sido apresentado em 1998 pela sua coordenadora na revista *Lusitânia Sacra*, 2ª série, vol. X, p. 335-345.

² Estas teses foram realizadas no âmbito do projecto que referimos na nota anterior. Neste momento, encontra-se publicada apenas a de LIMA, Maria Justiniana Pinheiro Maciel - *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, Patrimonia Historica, Cascais, 2003

Com base num inquérito pré-estabelecido, foram reunidas informações relativas a cada membro da comunidade capitular, que se apresentam num breve texto. E isto poderá ser uma fragilidade da obra, já que as micro-biografias são textos “construídos”: o inquérito feito às fontes documentais acaba por se diluir, ou mesmo desaparecer.

Um outro tipo de questões se podem levantar a propósito da apresentação da informação disponibilizada neste livro: o leitor não sabe se em cada notícia biográfica estão todos os elementos recolhidos ou mesmo se as informações são exactamente as constantes nos documentos, ou se houve interpretação, ou mesmo simplificação, destas. Apenas para dar um exemplo, escolhido ao acaso entre muitos que se poderiam apontar, referiremos o caso de João Pais de Montélios, clérigo do coro, (p. 299). Ficamos a saber que foi um clérigo muito activo ao serviço do cabido. Mas não somos elucidados sobre a actividade exercida, nem sobre as cotas dos documentos em que tal afirmação se baseia.

Efectivamente, a leitura das notícias é mais agradável de efectuar (como diz Ana Maria Rodrigues, na Introdução), do que uma apresentação de tipo prosopográfico. Contudo, quando o leitor pretende uma informação de determinado tipo, transversal, vê-se na obrigação de ler todos os pequenos textos, e não apenas as informações recolhidas sob um determinado número. Assim, para aferir do nível cultural dos cónegos bracarenses, nomeadamente no que se refere à posse de Livros, devem as notícias (sobretudo as de maior dimensão) ser vistas com cuidados redobrados para evitar o “esquecimento” de qualquer dado.

Trabalho meritório, sem dúvida, e que merece ser realçado, até porque não abunda em Portugal bibliografia deste género. Meritório também porque, pesem embora as pequenas limitações apontadas e que não são exclusivas deste volume, nos dá a conhecer um universo humano importante. Talvez os resultados do projecto *Fasti Ecclesiae. Prosopografia do Clero Português (1071-1325)*, neste momento em realização, venham a preencher possíveis lacunas que se detectem na presente obra.

Maria Cristina Cunha

Actas do Congresso Internacional – As Cortes e o Parlamento em Portugal: 750 Anos das Cortes de Leiria de 1254

O Congresso Internacional sobre As Cortes e o Parlamento em Portugal: 750 Anos das Cortes de Leiria de 1254 teve lugar na Escola Superior de Educação de Leiria de 26 a 28 de Novembro de 2004. O objectivo primordial foi assinalar o 750º aniversário da assembleia em que presumivelmente os estratos populares tiveram assento pela primeira vez, facto de importância extrema até pelo contributo que deu para a própria definição deste tipo de instituição. A conferência de abertura foi proferida por Maria Helena da Cruz Coelho e versou *As Cortes de Leiria e Leiria em Cortes*. As actas deste congresso foram recentemente editadas pela Assembleia da República e pelo Câmara Municipal de Leiria (Lisboa, Março de 2006, 423 páginas).

As participações neste congresso integraram várias secções organizadas em painéis e comunicações livres, segundo um critério cronológico, ao qual corresponde uma evolução desta instituição, desde as cortes até à formulação do próprio parlamento, tal como hoje o conhecemos. Assim, a abordagem às cortes incidiu nos tempos medievais e modernos. Por sua vez, no contexto

de oitocentos e de novecentos foram analisadas as cortes e o parlamento, enquanto que em relação à actualidade foi tido em linha de conta esta última instituição. A este plano de trabalhos acresceu uma sessão de apresentação de conclusões, a cargo de Maria Helena da Cruz Coelho e de Saul António Gomes. Estas grandes áreas congregaram a colaboração de três dezenas de oradores, que, quase na totalidade, conseguiram entregar os respectivos textos escritos dentro dos prazos exigidos e que, por isso, integram a obra em causa.

A perspectiva nacional sobressaiu nas diversas intervenções, mas foi possível estabelecer algumas comparações através das prestações de Jean Dunbabin, que analisou as origens do parlamento inglês, destacando as semelhanças e diferenças entre os casos em apreço, de Miguel Ángel Ladero Quesada, que apresentou uma síntese sobre as cortes medievais em Castela e Leão, e, por fim, de José Ignacio Fortea Perez, que se debruçou sobre o caso castelhano em tempos modernos.

Para os tempos medievais, Leontina Ventura debelou a política governativa de Afonso III, na medida em que foi no seu reinado que se reuniram as cortes que aqui se abordam. Esta secção contou, também, com a participação de Humberto Baquero Moreno, que, numa perspectiva geral, traçou o panorama das cortes portuguesas na primeira metade do séc. XV, e com as duas intervenções sobre as situações de Inglaterra, Castela e Leão já mencionadas. Do ponto de vista mais específico, Saul António Gomes abordou o perfil de Leiria no tempo das cortes de 1254, Mário Farelo estudou a participação de Lisboa nas cortes da primeira dinastia (1254-1383) e Cristina Cunha e Paula Pinto Costa investigaram Bragança em cortes no final do séc. XV. Por fim, destaca-se o trabalho de João Alves Dias sobre o ponto da situação da edição das cortes portuguesas, projecto da responsabilidade do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

As assembleias de cortes no Portugal da época moderna foram encaradas numa dimensão global por Pedro Cardim, enquanto que as suas congéneres castelhanas foram analisadas por José Ignacio Fortea Perez. A estas duas abordagens, acrescenta-se a intervenção de Margarida Sobral Neto sobre a participação específica de Leiria nas cortes da época moderna. Centrando-se em temáticas mais concretas, vejam-se os textos da autoria de Manuela Santos Silva sobre as protagonistas ainda que ausentes: as mulheres nas cortes medievais portuguesas, de Ana Filipa Roldão intitulado Preparando as cortes nos concelhos em 1383: os agentes da escrita, e de Isabel e Paulo Drumond Braga dedicado ao juramento dos herdeiros no trono em cortes (séculos XIV-XVII).

O painel que versou as cortes e o parlamento em oitocentos e novecentos assistiu à discussão da evolução das cortes aos parlamentos (1820-1976) por Isabel Vargues, à análise do constitucionalismo e direitos humanos (1822-1976) por Zília Osório de Castro, e à observação do parlamento na actualidade: a encruzilhada entre a legalidade e legitimidade. No âmbito de uma temática mais concreta, saliente-se o estudo do direito de voto nos debates parlamentares de oitocentos, da responsabilidade de Maria Manuela Tavares Ribeiro, dos problemas eclesiaísticos no parlamento (1834-1841), da pena de Vítor Neto, e da representação popular no regime democrático: os parlamentares de Leiria (1975-2002), por Acácio Sousa. Por último, Cristina Nobre fez uma apresentação de *O Búzio de Moel*, um jornal recreativo (1849). O trabalho de Marco Daniel Duarte sob o título de *Cunhar e tecer as cortes de Leiria de 1254. Estudo iconográfico da medalha e da tapeçaria de Joaquim Correia para a Assembleia da República* foi agora publicado, como anexo a estas actas, pela dimensão (com 108 páginas) e pelo tema que aborda.

Outras intervenções mais direccionadas para o conhecimento do parlamento na actualidade foram proferidas pelo ex-presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, e pelos representantes dos grupos parlamentares da mesma, Pedro Manuel Cruz Roseta, Luiz Fagundes Duarte e por Narana Sinai Coissoró.

No plano cultural foi agendado um concerto de música antiga na igreja de S. Pedro e uma visita à cidade anfitriã, com passagem pelas muralhas românicas, pela referida igreja e pela alcáçova do castelo.

Paula Pinto Costa

Genova una “porta” del Mediterraneo A cura di Luciano Gallinari

O projecto de fazer um volume miscelâneo dedicado a Génova, mais propriamente à sua dimensão histórica e ao papel que desempenhou no contexto europeu e mediterrânico, constitui o mote desta obra. Pela sua extensa dimensão foi organizada em dois tomos, editados sob a responsabilidade de Luciano Gallinari, investigador da sede de Gagliari do Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea do Consiglio Nazionale delle Ricerche (Cagliari – Genova – Torino). Na sequência da sua tese de doutoramento alimentou a ideia de dar continuidade e projecção aos estudos sobre a Ligúria e, em concreto, sobre Génova. Assim, por sua sugestão, o referido Instituto inscreveu esta obra no seu plano editorial para o ano de 2005 e o seu director, Prof. Francesco Cesare Casula, subscreveu a convocatória dirigida à comunidade científica.

Este volume miscelâneo congrega 39 artigos (num total de 1155 páginas) com um fio condutor centrado na vivência multifacetada de Génova ao longo dos tempos. A autoria destes textos pertence a diversos investigadores que representam nacionalidades e instituições diferentes. A este nível permita-se-nos destacar a colaboração portuguesa, porque é uma das faces visíveis da parceria que o Instituto de Documentação Histórica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto tem com o Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea que patrocina este projecto.

A diversidade geográfica dos contactos mantidos pelos genoveses permitiu-lhes a acumulação de riqueza e prestígio, que tornaram este aglomerado urbano numa “porta” do Mediterrâneo. Pela sua posição geográfica e pelas características adversas do território em que se enquadra (de perfil montanhoso), Génova desde tempos remotos foi um centro com grande predisposição para os contactos com outras comunidades e, simultaneamente, visitado por inúmeras gentes. De um núcleo de dimensão mais modesta, Génova converteu-se numa grande potência económica no final da Idade Média, de que a sua própria malha urbana, ainda hoje, transmite ensinamentos preciosos. Recorde-se, por exemplo, na zona mais elevada da cidade, sobranceira ao porto de mar, a Via Garibaldi, onde estão edificadas palácios das reputadas famílias guardiãs deste poder económico-social e político. Porém, a partir de meados do séc. XIV, as dificuldades que se avolumam no Mediterrâneo oriental vão estimular a reorientação dos negócios genoveses e o reforço das ligações, nomeadamente, com a Península Ibérica. Associados aos interesses aqui instalados, os genoveses beneficiam da sua inserção nestes negócios e envolvem-se na economia atlântica. Como é sabido, Génova pela sua posição geo-estratégica assemelhava-se a um ponto estruturante no sistema de articulação do Mediterrâneo com o Atlântico.

A intensa actividade marítima com o exterior e o brilhantismo do mundo dos negócios reflecte-se na documentação depositada no Archivio di Stato di Genova, organizada entre a vastidão da documentação notarial e os fundos que integram o Archivio Segreto, o Banco di S. Giorgio e o Bancherium, entre outros núcleos, onde estão conservados muitos documentos escritos com interesse para diversos países e não apenas para a cidade onde o arquivo se encontra edificado.

Todos estes aspectos, bem como a reciprocidade dos contactos e os processos de aculturação por ela gerados, processos estes entendidos num sentido lato, são sublinhados por alguns dos trabalhos agora publicados. Com efeito, são estudadas as relações de Génova tanto com destinos levantinos, como a Síria-Palestina, Alexandria e Egipto, Império Bizantino e Mar Negro, Ponto Eusino, Ilha de Chipre, como com paragens mais ocidentais, como a Sardenha, Catalunha, Sevilha, Castela, Portugal, França e Inglaterra e até mesmo com o mundo islâmico, na sua vertente granadina e norte-marroquina.

As temáticas exploradas nos estudos publicados caracterizam-se por uma abrangência assinalável. Desde logo, os aspectos económicos com a afirmação de interesses materiais típicos do mundo dos negócios, que foram incentivos à diáspora genovesa, à qual estiveram associados processos de aculturação inerentes às complexas relações desta comunidade ligure com outras entidades. Alguns dos textos centram o seu ponto de partida em personalidades e protagonistas destas relações, sobressaindo figuras como o carismático Cristóvão Colombo, aqui revisitado pelo próprio editor científico da obra. O enquadramento político dado a estas situações, tanto pelos tratados diplomáticos e mercantis, como pela definição da marinha de guerra, domínio em que os almirantes genoveses alcançaram um protagonismo sem precedentes, foram, também, vectores contemplados pelos estudiosos que participaram no projecto. Ao caso de Portugal, com a actuação da conhecida família dos Pessanha, acrescentam-se os de Castela, França e mesmo Inglaterra, transmitindo-se uma herança de conhecimentos muito útil à organização desta valência bélica e à projecção externa dos vários reinos. Outro vector de análise foi a emigração genovesa nos tempos tardo-medievais para a esfera mediterrânica, havendo homens desta origem documentados nas mais diversas paragens. A emigração foi, de facto, um fenómeno que caracterizou a vida dos habitantes de Génova e que teve uma expressão considerável na segunda metade do séc. XIX e no séc. XX, sobretudo em direcção à Argentina, situada no continente americano, ou seja, a *terra prometida*, o que constitui um elemento crucial na história da cidade e, também aqui, alvo de reflexão.

Para além destes estudos, as abordagens de pendor historiográfico têm um lugar fundamental no plano deste livro. Assim, são apresentados pontos da situação e os respectivos textos produzidos sobre as relações com Bizâncio e o Mar Negro, com Castela, com Portugal, com a América-Austral, neste caso, nomeadamente, através da observação do fenómeno emigratório em direcção a este destino.

A actualidade está, igualmente, contemplada neste retrato genovês, insistindo-se nas dimensões cultural e turística (com enfoques na literatura de viagens), através das visões do jornalismo e da música, o que justifica a integração de um CD de música ligure, que poderá ser desfrutado na companhia da leitura das páginas que compõem o livro.

Um bom instrumento de trabalho para conhecer o passado e o presente de Génova, rastrear fontes documentais e coligir notas bibliográficas, bem como para encontrar sugestões para reflexões futuras, pelo que constituirá, certamente, uma referência bibliográfica no panorama historiográfico e um serviço à cultura, à investigação e ao ensino. As razões evocadas foram,

certamente, determinantes na adesão do Prof. Geo Pistarino, da Universidade de Génova, ao aceitar redigir o prefácio da obra, já que é um profundo conhecedor da temática que nos reuniu neste projecto internacional. Os dois tomos apresentados foram lançados e divulgados no âmbito da prestigiada Feira do Livro de Milão no final de 2005.

Paula Pinto Costa

BOULLANT, François 2003 - *Michel Foucault et les prisons*, Paris, PUF "Philosophies", 127 páginas.

Sob chancela da PUF, colecção Philosophies, saiu a público um pequeno livro da que é um verdadeiro roteiro de leitura da questão penitenciária que atravessou, de forma impressionante, a obra de Foucault. O seu autor, François Boullant parte, como texto referencial, de *Surveiller et Punir* (1975), - livro de história e de filosofia que constituiu um discurso heterodoxo sobre o poder e a autoridade mas que trouxe, também, a marca de uma luta política onde Foucault se envolveu profundamente, - percorrendo, paralelamente, os mais de sessenta textos de investigação e de intervenção produzidos entre 1971 e 1984. Guia-nos ao encontro do filósofo/historiador, mas também do militante político, num percurso muito bem construído em que contextualiza os textos de Foucault, mostrando a evolução do seu pensamento naquelas matérias e deixando transparecer essa permanente "dualidade": *le militant oriente le chercheur et le chercheur éclaire le militant*. O livro aborda cinco questões que são outros tantos capítulos: L'impensable prison, Une "généalogie de la morale", "des supplices aux cellules", La fabrication de la délinquance, e "punir est la chose la plus difficile qui soit". Esta abordagem de Boullant recorda-nos que o trabalho de Foucault não perdeu a sua acuidade: para o perfilhar, para o discutir, para o pôr em causa, porque "son grand mérite aura été de lever le voile, de faire entendre l'effroyable silence pénitentiaire..."

Indispensável para os estudiosos das questões penitenciárias, num marco importante que são os trinta anos de SP, o livro em apreço convida a uma nova leitura de Foucault para o que contribui, também, a apresentação final de uma selecção dos textos consagrados às penas e às prisões, inseridos nos quatro volumes de *Dits et écrits*, bem como uma selecção de livros e artigos dedicados especificamente a *Surveiller et punir*.

Maria José Moutinho Santos

BARBAS-HOMEM, António Pedro, 2006 - *O Espírito das Instituições. Um estudo de História do Estado*, Coimbra, Almedina, pp. 253.

O Espírito das Instituições. Um estudo de História do Estado, faz-nos lembrar uma outra obra *L'esprit des lois* (1748) de Montesquieu, obra inspirada em John Locke, na qual procede à apresentação de conceitos sobre formas de governo e exercícios de autoridade política.

Na realidade, o ponto de partida do Autor de *O Espírito das Instituições. Um estudo de História do Estado* é uma questão de fundo: As instituições políticas têm um espírito? Dito de

outro modo, pode explicar-se o nascimento e estruturação das instituições do Estado por um conjunto de manobras operativas (políticas) em vista da criação de um aparelho / máquina funcional, ou, de outro modo, é igualmente necessário compreender a realidade social onde operam dinamicamente os homens ao serviço das instituições (elites do poder)?

O Autor, por seu lado, dá perfeito seguimento, ainda que sob outra perspectiva, a uma obra de maior fôlego que constituiu a sua dissertação de doutoramento: *Judex Perfectus: Função jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal (1640-1820)*, Coimbra, Almedina, 2003.

A monografia de Barbas-Homem tem um desígnio, que para muitos dos que se atém a uma concepção pós-moderna e pós-racional do Estado e da sua história, é pura ilusão: inscrever no tempo e no espaço a origem do Estado Moderno em Portugal. Dito de outro modo, Autor concebe que a explicação do processo de construção do Estado deve radicar numa posição jushistoriográfica com tradições na Escola da Faculdade de Direito de Lisboa, invocando nomes como Ruy de Albuquerque, Martim de Albuquerque, José Adelino Maltez entre muitos outros, ou os pioneiros Paulo Merêa e Marcello Caetano. Estes pensadores do político detêm uma concepção do Estado que parte de uma análise dos múltiplos factores históricos justificativos, conferindo-lhe uma amplitude cronológica, ideológica e geográfica.

Por isso, refere que o âmbito de abordagem é sobretudo marcado pela emergência do Estado Moderno, do Renascimento à revolução de 1820, não deixando, por contraponto, de realçar os avanços medievais no que respeita, por exemplo à problemática dos officios régios e esferas de atribuições, ou os do liberalismo em que o Estado parece manifestar-se, de acordo com estudos recentes de Ruy de Albuquerque e de Martim de Albuquerque, administrativamente falando, como mais absoluto do que no tempo do «inexistente» absolutismo (referimo-nos evidentemente, ao século XVI). Veja-se o que o Autor diz a propósito da construção metodológica e ideológica («mitológica») do conceito de “absolutismo” pela historiografia oitocentista, no capítulo I – *A Instituição do Estado* (pág. 21 e ss.).

Partindo de uma caracterização do Estado numa perspectiva jushistoriográfica, contesta igualmente as correntes da historiografia do Estado e da teoria do Estado que concebem o aparecimento e a construção do mesmo como o resultado da aplicação de um modelo de inspiração militar e de outros que se apoiam na figura da comissão. Nem uma nem outra servem de esteio à realidade estadual portuguesa, conforme refere: “*O estudo histórico das instituições implica um projecto hermenêutico e uma específica compreensão metodológica*” (pág. 15).

A atitude de Barbas-Homem é a de nos introduzir nas correntes da literatura jurídica dominantes no *ancien régime* (influências exteriores no pensamento jurídico de autores portugueses), semeando, no decurso da obra, exemplos paradigmáticos de práticas e exercícios de autoridade e de governo que nos esclarecem sobre o ponto da situação evolutivo das sociedades num determinado período histórico. Por conseguinte, o Autor revela-se atento às mudanças históricas e procura explicá-las naquilo que podem justificar as reformas políticas do Estado, sem esquecer a referência às fontes. Como diz, “*Não se trata, portanto, de aplicar ao passado um quadro interpretativo pré-estabelecido, mas antes contextualizar os elementos narrativos*” (pág. 17).

A estrutura da obra está dividida em dois capítulos maiores, num primeiro capítulo intitulado *A Instituição do Estado*, trata dos mecanismos de construção do Estado, da natureza e fins, dos problemas fundamentais que se levantam em torno da racionalidade da acção política do Estado, vistos à luz da literatura jurídica coeva, das relações entre Estado e sociedade (homens). No segundo capítulo, intitulado *Instituição e Privilégio* do Estado adianta soluções para os problemas atinentes ao funcionamento institucional e jurisdicional do aparelho de Estado. “*O Estado*

[segundo diz] *é a estrutura que surge no Renascimento para organizar o poder monopolizando o seu exercício, até então partilhado por inúmeras entidades autónomas ou independentes.*" (p. 125).

Finalmente, e em relação à questão em epígrafe, lembremos: *As instituições têm um espírito?*", o Autor manifesta a sua firme intuição inicial, pois não basta conhecer instituições é indispensável apreender a cultura jurídica das sociedades no tempo.

Judite A. Gonçalves de Freitas